

**TURISMO PARA TODOS: REGISTRO FOTOGRÁFICO
DA ACESSIBILIDADE TURÍSTICA NO CENTRO
DE NOVO HAMBURGO, RS**

**TOURISM FOR ALL: PHOTOGRAPHIC
RECORD OF TOURIST ACCESSIBILITY IN THE CENTER
OF NOVO HAMBURGO, RIO GRANDE DO SUL**

Mary Sandra Guerra Ashton¹

Paulo Ricardo Antonioli²

Tatiane Fetter³

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo contribuir para a sensibilização para o turismo inclusivo no centro de Novo Hamburgo, por meio de imagens fotográficas. Parte-se da hipótese de que o número de pessoas com problemas de locomoção e mobilidade reduzida vem aumentando significativamente, sendo necessária a adaptação desses locais para o livre acesso de todos. Para tanto, será utilizado o levantamento de dados por meio de registro fotográfico dos ambientes públicos do centro de Novo Hamburgo, para avaliar a situação atual e a necessidade de adaptação desses espaços, visando à sua utilização por todos. Este trabalho revelou a necessidade de melhorias na infraestrutura em passeios públicos, sinalização, revitalização das calçadas nas praças, faixas de segurança, sendo necessários atenção e investimento da gestão pública municipal, além da sensibilização da comunidade para a inclusão. Observa-se, ainda, que em alguns locais estão sendo tomadas medidas visando a melhorias para a mobilidade das pessoas.

Palavras Chave: Acessibilidade. Registro fotográfico. Turismo. Novo Hamburgo.

ABSTRACT

This work has as objective the inclusive tourism awareness in the center of Novo Hamburgo, through images. It is the hypothesis that the number of people with reduced mobility and locomotion problems is increasing significantly, requiring the adaptation of these places for the free access of all. To this end, that collection will be used through photographic record of public environments the center of Novo Hamburgo, to assess the current situation and the need for adaptation of these spaces, to the use of the same by all. This work revealed the need for improvements in infrastructure in public walks, signage, revitalization of sidewalks in the

¹ Doutora em Comunicação Social. Professora no Curso de Turismo, atua no ensino, pesquisa e extensão. Universidade Feevale. E-mail: marysga@feevale.br.

² Acadêmico do Curso de Turismo da Universidade Feevale. Bolsista de Iniciação Científica no Grupo de Desenvolvimento Regional.

³ Acadêmica do Curso de Turismo da Universidade Feevale. Bolsista de Iniciação Científica no Grupo de Pesquisa em Gestão.

squares, crosswalks, requiring attention and investment of city hall, as well as community outreach for inclusion. It is observed that in some places are being taken aiming at improvements to the mobility of persons.

Keywords: Accessibility. Photographic record. Tourism. Novo Hamburgo.

1 INTRODUÇÃO

Este estudo integra a pesquisa intitulada “Turismo e acessibilidade: uma análise dos espaços de lazer no Vale do Rio dos Sinos”, que está sendo desenvolvida no grupo de pesquisa em Desenvolvimento Regional, na Universidade Feevale, com fomento do CNPq. Para a realização deste trabalho, partiu-se da hipótese de que o número de pessoas com necessidades especiais e mobilidade reduzida vem aumentando significativa e diariamente no mundo, impondo mudanças estruturais nos municípios e de comportamento da parte dos cidadãos em geral, como os gestores públicos municipais, os empresários e a comunidade.

Nesse contexto, a temática abordada reveste-se de particular importância, uma vez que emergem novos temas e surgem novas preocupações, entre elas, a questão da acessibilidade turística, que passa a ocupar a pauta nas discussões em nível mundial.

O turismo, por sua vez, tido como uma prática social, surge como catalisador de oportunidades para as pessoas, transformando os espaços públicos municipais destinados ao turismo e ao lazer, fazendo-os assumir características diversas do passado. A utilização dos espaços urbanos pela população residente e por visitantes está entre as novas propostas turísticas na atualidade, gerando a urgência de espaços para todos, ou seja, do acesso democrático como forma de contribuir para a melhoria da qualidade de vida e da integração social de forma igualitária.

O presente trabalho tem como objetivo sensibilizar para o turismo inclusivo no centro de Novo Hamburgo, por meio de imagens fotográficas, no intuito de provocar uma reflexão sobre a relação turismo-acessibilidade-espaços públicos municipais que possa gerar melhorias, tornando os atrativos do centro mais acessíveis às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Atenderá à seguinte estrutura: inicialmente, busca compreender a noção de deficiência física, inclusão social e turismo acessível. Em seguida, traz a questão dos espaços públicos urbanos como um ambiente de todos e para todos. E, por último, apresenta a situação atual dos ambientes públicos do centro de Novo Hamburgo destinados ao turismo e ao lazer, promovendo uma análise reflexiva sobre a necessidade de melhorias e de espaços adaptados para o livre acesso de todos.

2 DEFICIÊNCIA, INCLUSÃO SOCIAL E TURISMO ACESSÍVEL

Este capítulo discorrerá sobre três temas recorrentes e que possuem complementariedade entre si: acessibilidade, inclusão social e turismo acessível. Sabe-se que em tempos anteriores qualquer indício de deficiência física ou mental era motivo de isolamento social. A pessoa com necessidade especial era excluída do convívio entre as pessoas. Essa mentalidade vem mudando e trazendo consigo grandes inquietações em relação aos conceitos, às terminologias, à legislação e até de comportamento da sociedade: das pessoas com deficiência e dos que atendem esse público. Assim, apresenta-se uma contextualização no intuito de compreender essas noções, conforme segue.

De acordo com o Decreto Lei nº 3298, de 20 de dezembro de 1999, no artigo 3º, parágrafo 1º,

a pessoa com deficiência é aquela que apresenta perdas ou anomalias de sua estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, que gerem incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano.

A partir desse conceito, apreende-se que as pessoas com deficiência apresentam algum grau de dificuldade no desempenho de suas funções diárias, sendo necessário, além de uma infraestrutura adequada, a capacitação de pessoas para o atendimento ou o acompanhamento.

Ressalta-se que, para a realização das atividades diárias, as pessoas deficientes demandam serviços e equipamentos adaptados, como: transportes, vias de acesso, passeios públicos, elevadores, entre outros.

Miziara e Azevedo (2006) e Fávero (2004) concordam ao afirmar que a melhor terminologia a ser utilizada é pessoa com deficiência e referem que, embora na Constituição Federal seja utilizado o termo portador de deficiência, este não é o mais indicado.

A inclusão social, por sua vez, “é um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades a todos” (SASSAKI, 1999, p. 3). A sociedade precisa se adaptar para poder incluir, e as pessoas com necessidades especiais precisam preparar-se para serem incluídas.

A partir disso, observa-se a necessidade de uma mudança profunda de mentalidade e de comportamentos, inclusive das pessoas deficientes, aliada a uma mudança na infraestrutura municipal que dê conta de adaptar os espaços públicos ampliando o acesso e as facilidades de mobilidade para todas as pessoas. A inclusão é um processo de mudança do sistema social

comum, para acolher toda a diversidade humana e compreende uma transformação total, envolvendo a adaptação do espaço físico (infraestrutura) e a atitude humana (capacitada e sem preconceitos), devendo ser considerada no âmbito da educação, do lazer, do transporte, do trabalho, entre outros (SASSAKI, 2006; 2011).

Para a inclusão social ser uma investida abrangente, de êxito e favorecer a sociedade desatendida, torna-se necessário atenção especial à existência de barreiras excludentes de: infraestrutura, comunicação, atitude, utensílios e instrumentos, bem como jurídico-legal (SASSAKI, 2011).

Entre as medidas corretivas, observa-se a proposta do Desenho Universal, que surge com o objetivo de melhorar a qualidade de vida e ampliar o potencial de inclusão social, propondo o espaço com uso democrático para diferentes perfis de usuários (ELY; DISCHINGER, 2003). O Desenho Universal dá conta de que todas as pessoas, sem exceção, de crianças a idosos, dos que possuem limitações físicas temporárias ou permanentes, tenham condições igualitárias no espaço público citadino. Tilley (2005) afirma que o Desenho Universal surge como uma nova perspectiva de adaptação dos elementos de utilização coletiva com a função principal de atender às necessidades humanas de todos, ou seja, tornando-os acessíveis.

O Decreto-Lei 5296, de 2 de dezembro de 2004, define acessibilidade como sendo a condição para utilização, com segurança e autonomia total ou assistida, dos espaços, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida. A acessibilidade compreende a possibilidade de acesso a um lugar e/ou o uso de equipamentos de maneira independente (BRASIL ACESSÍVEL, 2004).

Segundo Ely e Dischinger (2003), a acessibilidade é fundamental para a inclusão e a participação de todas as pessoas na sociedade, independentemente de suas limitações ou restrições. Para Costeira (2008), o ambiente em que se vive deve, necessariamente, ser compatível com as preferências pessoais e as necessidades específicas, tendo na acessibilidade a equiparação de oportunidades, proporcionando o acesso democrático ao espaço urbano.

Nesse contexto, destaca-se o turismo acessível, que surge entre os novos nichos de mercado, além de oportunidade igualitária de novas vivências às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. O turismo inclusivo deve ser compreendido como o turismo que apresente como proposta a inexistência de barreiras físicas ou de atitudes. Conforme a Constituição Federal vigente no Brasil, o art. 244 assegura: “a Lei disporá sobre a adaptação

dos logradouros [...] a fim de garantir o acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência” (artigo, 227, § 2º), promovendo, ainda, um turismo mais humanizado.

O turismo inclusivo, humanizado, tem como característica fundamental oferecer espaços físicos acessíveis e recursos humanos capacitados para atender às necessidades de todos. Os espaços de lazer acessíveis são um direito de residentes e dos visitantes e deve ser assegurado pelo poder público, por meio da implantação de projetos que deem conta de tornar acessíveis os locais públicos e a infraestrutura destinada à sociedade.

Desse modo, para o desenvolvimento do turismo inclusivo, impõe-se uma série de mudanças políticas, sociais, de infraestrutura e de atitude, transformando a experiência turística ao oferecê-la a uma maior fatia da sociedade (MOLINA, 2004). A criação de novos produtos e o surgimento de serviços turísticos acessíveis tem como base atender à demanda da sociedade atual, portanto, deve adotar como princípio a sua satisfação (URRY, 2001). Os atrativos turísticos são organizados para o uso da população, assim, devem estar disponíveis e acessíveis a toda a população, assumindo um compromisso com a inclusão das minorias (CANEJO, 1998).

Nesse contexto, torna-se urgente que o turismo seja redimensionado e as atitudes sociais sejam repensadas, garantindo espaços adequados para todos, priorizando as questões sociais em relação às econômicas (SILVA; BOIA, 2006). Para De La Torre (1997, p. 101), “o turismo transforma os moldes tradicionais de conduta dos homens e das coletividades”. Criase, assim, uma nova demanda por lazer na atualidade, reforçada pelas oportunidades de igualdade que se abrem (MOLINA, 2004). Nesse sentido, pode-se pensar em propostas de inclusão e de acessibilidade, tornando os espaços destinados ao turismo adaptados, ou seja, acessível à população, exigindo, desse modo, um repensar na formatação dos produtos e dos atrativos turísticos disponíveis à sociedade (GONZALEZ VIANA, 2006).

Ressalta-se, ainda, que o turismo se acha inserido num processo social que se encaixa na sociedade contemporânea, a qual busca satisfazer os desejos e as necessidades da população e tem, entre suas prioridades, a atração turística planejada para um público diverso – o turista –, aceitando e valorizando a diversidade humana (ASHTON, 2009), oferecendo condições suficientes aos consumidores (turistas), ou seja, para o turismo ser considerado acessível, deve ser assegurada a livre locomoção dos visitantes nos espaços onde se localizam os atrativos disponíveis, além de serviços qualificados, sinalização e transportes adequados, comunicação adaptada, entre outros aspectos.

3 O ESPAÇO URBANO: AMBIENTE DE TODOS E PARA TODOS

A cidade foi construída por uma sociedade que tem direitos iguais sobre os seus bens (GONZALEZ VIANA, 2006). São espaços de convivência, intercâmbio e lugar onde o homem vive, trabalha e se relaciona com o ambiente e com as pessoas (CASTELLS, 1999). É o espaço da cultura e da identidade, da praça e da família, deve ser hospedeira e abrigo de residentes e de visitantes nas suas diferenças (BARROS, 2004). Para Montejano (1999), a cidade é um bem público da sociedade, e o Estado é o responsável pelo conjunto de atividades e operações realizadas por indivíduos ou grupos a ela relacionadas.

Desse modo, a cidade compreende uma série de elementos que formam o seu patrimônio cultural urbano, no qual as particularidades são fruto da vivência social que irá caracterizar determinado município, formando um ambiente de todos, portanto para o uso de todos.

A acessibilidade nas cidades encontra-se inserida no processo de inclusão social e deve ser contemplada pelas políticas públicas municipais e regionais, promovendo o respeito e a liberdade de locomoção, na medida em que favorece o exercício da cidadania. Para Kadt (1991, p. 52), “o principal objetivo de uma política é elevar o bem estar de seus cidadãos”. Portanto, as políticas públicas devem traduzir as decisões governamentais com relação às necessidades da sociedade civil local e devem ser voltadas para o bem-estar e a melhoria da qualidade de vida da população. É necessário compreender que os espaços urbanos destinados ao turismo e ao lazer dependem das políticas públicas, bem como de um planejamento de turismo municipal.

O governo federal, através do Ministério das Cidades, disponibiliza aos municípios brasileiros um programa de orientação para a implantação de propostas de acessibilidade. O Programa Brasileiro de Acessibilidade Urbana tem como objetivo

estimular e apoiar os governos municipais e estaduais a desenvolver ações que garantam acessibilidade para pessoas com restrição de mobilidade aos sistemas de transportes, equipamentos urbanos e a circulação em áreas públicas (BRASIL ACESSÍVEL, 2004, p. 5).

Para tanto, o programa é composto por seis publicações temáticas com orientações para a adequação da infraestrutura urbana, o atendimento, a legislação e as normas (NBR 9050:2004) para a elaboração de uma Política Municipal de Acessibilidade, para os gestores

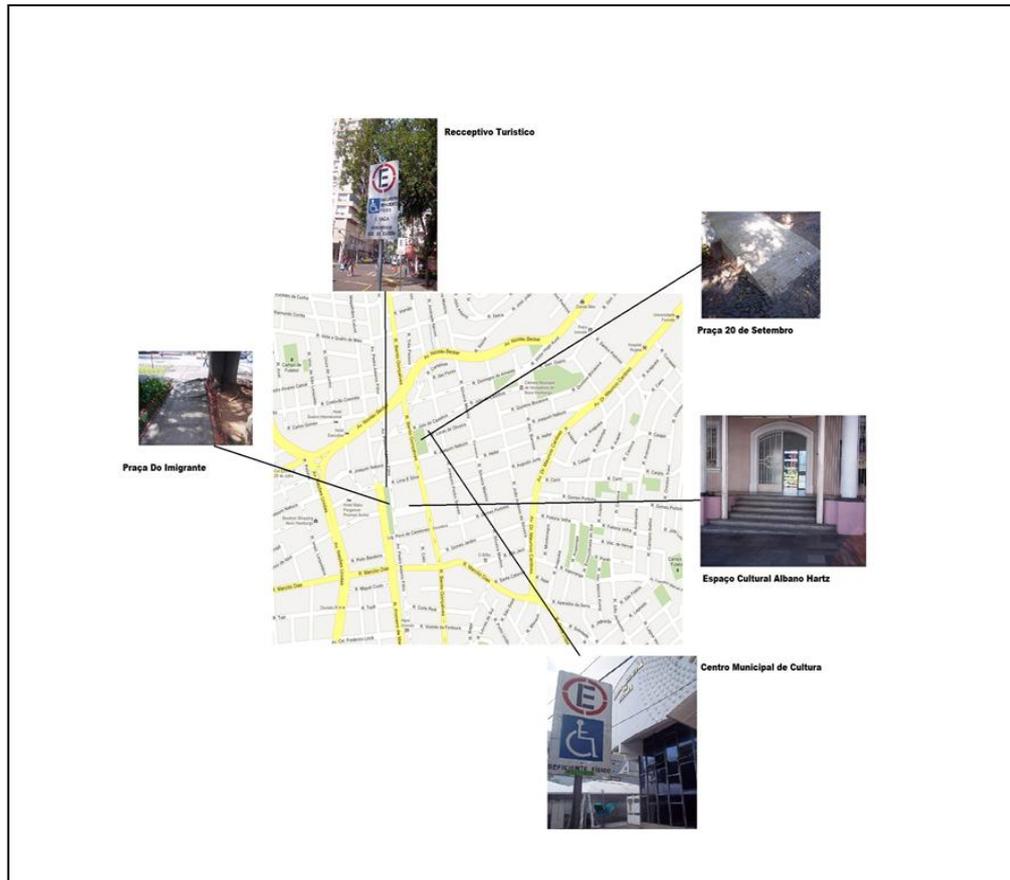
municipais, para a organização dos Sistemas de Transporte Acessível e das Boas Práticas em Acessibilidade.

Conforme apresentado, o Programa Brasileiro de Acessibilidade Urbana visa ao desenvolvimento de ações voltadas à facilidade de mobilidade, a fim de garantir o direito de ir e vir, de forma independente, às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, tornando a cidade acessível. Busca, ainda, sensibilizar a população sobre o direito do livre acesso e inclusão social, por meio do cumprimento da lei. Portanto, trata-se de um direito de todos.

4 SITUAÇÃO ATUAL DO CENTRO DE NOVO HAMBURGO

O centro de Novo Hamburgo concentra alguns dos principais atrativos turísticos do município, além de ser considerado o maior centro comercial da região do Vale do Rio dos Sinos, atraindo diariamente muitos consumidores e trabalhadores de todo o Vale.

Para a realização dessa etapa do trabalho, foram selecionados os principais atrativos turísticos do centro de Novo Hamburgo, realizado um mapeamento de cada espaço público selecionado (Figura 1) e realizados um estudo de observação e o registro fotográfico dos atrativos selecionados. Os atrativos selecionados, bem como a sua localização podem ser visualizados na Figura 1.



**Figura 1 – (Mapa) recorte da região central de Novo Hamburgo, localização e imagem dos atrativos turísticos.
Fonte: pesquisa própria**

Para que fosse possível estabelecer a situação atual do centro de Novo Hamburgo, foram realizadas visitas técnicas entre os meses de setembro a novembro de 2011. Os dados foram compilados em relatório e apresentados em forma resumida, conforme segue.

Praça do Imigrante – no dia 17 de outubro de 2011, foi realizado um percurso para levantamento e registro fotográfico da atual situação da Praça do Imigrante, localizada na Rua Primeiro de Março, esquina com a Rua Lima e Silva, no centro de Novo Hamburgo. Foram identificados problemas de barreiras e impedimentos para a livre mobilidade, mesmo para pessoas com autonomia. Entre elas, é possível listar: calçadas de concreto, paralelepípedo e *petit-pavè* com buracos, desníveis e raízes de plantas que danificaram as calçadas ocasionando ondulações. As rampas localizadas no local são de difícil acesso, sendo impossível utilizá-las por causa de sua acentuada inclinação e, logo em seguida, existem degraus e buracos. Em alguns pontos da praça, não existem rampas e é necessário dar a volta para se chegar aonde se quer. Observou-se a inexistência de corrimão nas escadas. Seu piso em alguns locais é feito com pedras, criando relevos que dificultam a passagem de pedestres, cadeirantes e pessoas

com carrinhos de bebês. Não há pisos táteis na Praça do Imigrante ou sinalizas sonoras nas proximidades.



**Figuras 1, 2, 3, 4 e 5 - Detalhes do calçamento da Praça do Imigrante.
Fonte: pesquisa própria**

Receptivo Turístico – situado na Rua Lima e Silva, 333, no centro de Novo Hamburgo: existência de estacionamento para pessoas com deficiência, rampa na entrada, elevador adaptado, banheiro nas dimensões corretas e barras para apoio. Possui guia turístico em braile.



**Figura 6 e 7 - Estacionamento e elevador adaptado
Fonte: pesquisa própria**

Praça 20 de Setembro – localizada na Rua Bento Gonçalves, esquina com a Rua Joaquim Nabuco, no centro de Novo Hamburgo: possui calçadas em *petit-pavè*, apresentando imperfeições (buracos), inapropriado para cadeiras de rodas, pessoas usando muletas ou conduzindo carrinhos de bebês e afins.

Centro Municipal de Cultura - Rua Pinheiro Machado, esquina com Rua Inácio Christiano Plangg, 66, no centro de Novo Hamburgo: estacionamento prioritário para deficientes, rampa de acesso e facilidades de acesso no seu interior.

Igreja Matriz São Luiz – Rua Joaquim Nabuco, esquina com Rua Encruzilhada do Sul: possui escadaria na parte da frente e rampa de acesso pela rua lateral, vaga de estacionamento na calçada com dificuldade de acesso, o estacionamento fechado não apresenta condições de acesso para pessoas com deficiência, pois tem escadarias para se chegar à entrada da Igreja São Luiz.

Biblioteca Pública Machado de Assis – Rua Julho de Castilhos s/n, no centro de Novo Hamburgo: calçadas em mau estado, quebradas, com buracos ou bloqueadas. Rampas de acesso à calçada com degraus e cantos quebrados ou inexistentes. No interior da biblioteca, há uma escadaria e não possui elevador, impedindo o acesso ao segundo piso, porém foi informado sobre uma entrada lateral, mas estava fechada, sendo necessário solicitar a chave a algum atendente da biblioteca.

Espaço Cultural Albano Hartz – localizado no Calçadão Oswaldo Cruz. Possui uma escadaria na entrada, e a pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida pode ter acesso dando a volta no quarteirão e entrando pelos fundos.

Calçadão Oswaldo Cruz – localizado no centro de Novo Hamburgo entre as Ruas Bento Gonçalves e Pedro Adams Filho: possui calçada escorregadia, com falhas e buracos em toda sua extensão.

Desse modo, foi feito o percurso visitando os principais atrativos, circulando pelos passeios públicos de acesso a eles, nos seus interiores e registrando, por meio de fotografias, as condições atuais do trajeto. Assim, foi possível observar, no piso de todo o percurso realizado, imperfeições e barreiras impeditivas de vários tipos, como: grande quantidade de buracos, falta de lajes em alguns pontos, lajes soltas, escorregadias, ondulações causadas pelas raízes das árvores, enfim, barreiras impeditivas da locomoção. Observaram-se também problemas de sinalização, como: carência de placas, placas em mau estado (ilegíveis, enferrujadas, amassadas), delimitação e pintura de faixas de segurança, demarcação de rampas de acesso nas calçadas, rampas de acesso fora das normas, rampas de acesso com

degraus e cantos quebrados, inexistência de sinaleiras sonoras, inexistência de pisos táteis, entre outros.

Numa avaliação geral, foi considerado que o centro de Novo Hamburgo não possui acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Mesmo que a pessoa possua autonomia de locomoção, não conseguirá realizar um trajeto ou uma visitação sem auxílio, ajuda ou acompanhamento. As barreiras impeditivas estão em diversos pontos do centro de Novo Hamburgo, nas vias de acesso, nos passeios públicos, nas sinalização, nas praças, nos museus, na casa de cultura, na igreja, no calçadão, no acesso aos prédios (biblioteca, museus, outros), na mobilidade no interior dos prédios (biblioteca, museus, casa de cultura, outros), na carência de rampas, nos corrimãos, nas condições de travessia, entre outros.

5 METODOLOGIA

Para a realização desta pesquisa, adotou-se o método exploratório descritivo com abordagem qualitativa. Inicialmente, foi realizada a revisão bibliográfica para a compreensão das noções de acessibilidade, inclusão social, gestão do turismo inclusivo, políticas e programas de acessibilidade. A seguir, buscaram-se informações por meio de observação e registro fotográfico da situação atual dos principais atrativos turísticos localizados no centro de Novo Hamburgo, com o objetivo de investigar a acessibilidade no centro da cidade. A coleta de dados por meio de registro fotográfico foi realizada nos meses de setembro a novembro de 2011.

6 CONSIDERAÇÕES

A partir da sustentação teórica desenvolvida com base nos autores utilizados para a realização deste trabalho, foi possível refletir sobre a relação que pode existir entre o turismo e a acessibilidade nos destinos turísticos com ênfase nos espaços urbanos públicos centrais. Ainda, revelou a cidade como lugar do indivíduo, para morar, para o trabalho e para o lazer, sendo importante a utilização das novas tecnologias na sinalização acessível para atender às necessidades dessa parcela da população nas atividades de turismo e lazer citadinos.

Observa-se que existem políticas públicas e programas de acessibilidade que podem orientar para o turismo acessível, resultando em ações eficazes para as medidas de acessibilidade e de inclusão, porém, na prática, pouco se observa. A consequência é a carência de uma infraestrutura em condições de acessibilidade ou adaptada que possa receber ou atrair turistas cadeirantes ou com outra deficiência, conforme mencionado anteriormente, passando a dificultar até mesmo a circulação de carrinhos de bebês ou de pessoas da terceira idade.

A democratização do ambiente público citadino e turístico é perpassada pelas condições de acessibilidade e cidadania. Logo, as ações de inclusão social, por meio dos programas de governo, pode ser uma importante ferramenta que favoreça o comportamento e a atitude da sociedade em relação às pessoas com deficiência física, eliminando preconceitos, um dos grandes entraves para a formação de uma sociedade igualitária. Além disso, projetos adaptados à utilização acessível dos espaços destinados a todos podem se tornar grandes motivadores dos deslocamentos de pessoas que possuem deficiência.

Resta destacar a importância que recai na responsabilidade individual, ou seja, de cada um na sociedade, como cidadão e como profissional, e na responsabilidade do setor público para uma sociedade incluyente. A busca por uma cidade acessível deve ser um objetivo municipal que envolve toda a população.

Logo, por meio dessa reflexão, buscou-se destacar a importância da cidade acessível para o turismo acessível, a partir de ações inclusivas e propostas que atendam à legislação vigente em termos de acessibilidade.

REFERÊNCIAS

ASHTON, M. S. Guerra. Sustentabilidade e turismo: reflexões para o desenvolvimento. p.67-84. In: ARAÚJO; RUSSO; ZOTTIS. **Sustentabilidade uma Abordagem Social**. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2009.

BARROS, Rinaldo. Uma Nova Ética na Gestão Urbana. p.259-273. In: MENDONÇA, F. **Cidade, desenvolvimento e meio ambiente**: abordagem interdisciplinar de problemáticas socioambientais urbanas. Curitiba, PR: UFPR, 2004.

BRASIL ACESSÍVEL. Ministério do Turismo. **Turismo e acessibilidade**: manual de orientações. Brasília: Ministério do Turismo, 2004.

CANEJO, E. Cegueira Adquirida: reintegração social. In: Congresso Ibero-Americano de Educação Especial, 1998. **Anais...** 3, Foz do Iguaçu, 1998. p.309-313.

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede**. São Paulo, SP: Paz e Terra, 1999.

COSTEIRA, Nathalia Santos. Elimine as armadilhas. **A Tribuna**. v. 4, ed. 171 Sessão: Sua Casa. 9, mar. 2008. Disponível em: <<http://www.espaco.com/design/elimine-as-armadilhas/comment-page-1/>>. Acesso em: 20 out. 2011.

DE LA TORRE, Óscar. **El Turismo: fenómeno social**. México: Fondo de Cultura Económica, 1997.

ELY, V. H. Bins; DISCHINGER, Marta. **Desenho universal: projetando para a diversidade de usuários**, 2003. Disponível em: <<http://www.iabrs.org.br/artigo/?art=37>>. Acesso em: 24 abr. 2011.

FÁERO, E.A.G. **Direito das pessoas com deficiência: garantia de igualdade na diversidade**. Rio de Janeiro: WVA. FGV, 2004.

GONZALEZ VIANA, Maria del C. **Turismo y ciudad: nuevas tendencias**. Buenos Aires: Turísticas, 2006.

KADT, Emanuel. **Turismo: passaporte al desarrollo**. Madrid: Endymion, 1991.

MIZIARA, C.S.M.G; AZEVEDO, A.C.L. **Atualização sobre aspectos médico-legais da pessoa com deficiência**. 2006.

MOLINA, Sergio. **O Pós Turismo**. São Paulo, SP: Aleph, 2004.

MONTEJANO, Jordi M. **Estructura del Mercado Turístico: gestión turística**. Madrid: Síntesis, 1999.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 3 ed. Rio de Janeiro: WVA, 1999.

_____. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 7 ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

_____. **Matéria de entrevista**: 2011. Disponível em: <<http://www.etur.com.br/conteudocompleto.asp?IDConteudo=6891>>. Acesso em: 04 jun. 2011.

SILVA, Y. F. e BOIA, Y. I. Turismo e Responsabilidade Social: uma reflexão sobre os direitos das pessoas com necessidades especiais. In RUSCHMANN; SOLHA. **Planejamento Turístico**. Barueri, SP: Manole, 2006.

TILLEY, Alvin. **As medidas do homem e da mulher**. Porto Alegre, Bookman, 2005.

URRY, J. **O Olhar do Turista**. São Paulo: Nobel-SESC, 2001.